



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 3, número 2, maio-ago 2014

LÍNGUA, RELIGIÃO E POLÍTICA: O PRESTÍGIO DO LATIM NA IGREJA CATÓLICA



LANGUAGE, RELIGION AND POLITICS: THE PRESTIGE IN LATIN CATHOLIC CHURCH

Patrícia Gomes de MELLO
Patrícia Silva Rosas de ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [AS AUTORAS](#)
RECEBIDO EM 14/07/2014 • APROVADO EM 09/08/2014

Abstract

This article is about language and its political relationship, religious influence and power relations with the Catholic Church. More specifically, the paper discusses language, religion and politics as a *triplex societas*. This relationship can be observed by research area called language policy.

Este artigo é sobre linguagem e sua relação política, influência religiosa e as relações de poder com a Igreja Católica. Mais especificamente, o trabalho discute língua, religião e política como sendo uma *triplex societas*. Essa relação é possível de ser observada através da área de investigação denominada Política Linguística.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Latin. Catholic Church. Language Policy.

PALAVRAS-CHAVE: Latim. Igreja Católica. Política Linguística.

Texto integral

Triplex societas

É antiga a relação existente entre língua, religião e política. Nessa tríade, existe uma tênue relação de poder, pois a língua e a religião estão na base dos domínios políticos desde a antiguidade quando, na ocupação de um território, por exemplo, a primeira ação política era impor a língua e a religião. A base desta inflexão é que a língua tem uma dimensão ideológica – como símbolo e elemento definidor da nação, com isso, nas palavras de Rebelo (2004, p. 45):

a língua não escapa à política, levitando num mundo próprio, autorregulado, sujeita a uma dinâmica interna imune aos conflitos de interesses de classe. Dizer que a linguagem é um fenômeno natural, e portanto não pode ser submetida ou alterada pela política, isto é, pela ação diretiva do homem, é cometer o maior dos erros, o de ignorar a História, ou seja, a aventura humana na Terra.

Essa aliança é observada de forma bastante nítida quando fazemos uma escavação pela história de povos conquistados. Para observarmos essa relação, tornou-se crucial para a política de classes, como afirmam Burke e Porter (1993, p. 26), que “os representantes do povo concebiam o Inglês do rei como uma língua de opressão, imposta pelos conquistadores, de César ao homem que Tom Paine chamou de ‘Guilherme, o Bastardo’”. Através disso, podemos nos remeter a toda história de conquistas e de dominação que, impondo a língua e a religião, cria ou recria a identidade de uma nação. De acordo com os autores citados acima, notamos que:

A política linguística geralmente atua de formas sutis. Um grupo social pode preferir utilizar uma determinada linguagem, dialeto, vocabulário ou sotaque, para estabelecer diferenças culturais e hegemonia. Em outras situações, a língua pode representar ou ser levada a representar uma força unificadora, agregando um povo contra um destino adverso comum; ocasionalmente, a linguagem do patriotismo e o patriotismo da linguagem são os únicos laços de união de classe, de riqueza ou outros interesses materiais. (BURKE; PORTER, 1993, p. 26).

A língua é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos instrumentos de identidade de que dispõe uma nação. Por essa razão, ela ocupa lugar fundamental na cultura e é, por si mesma, um recurso que pode dar origem a múltiplos conflitos. Milroy (2004) apresenta pelo menos duas visões sobre a natureza da linguagem. A primeira é a de um linguista profissional, para quem a linguagem é um fenômeno mental, adquirido naturalmente na infância, sem nenhuma instrução explícita a ser seguida. Nesse sentido, pode ser compreendida como uma propriedade de cada falante e de todos os usuários, sem que ninguém esteja necessariamente mais qualificado para falar o que é certo e o que é errado no uso que dela se faz. Para o linguista interessado nos aspectos sociopolíticos da linguagem, o que se vê como línguas são, na verdade, entidades altamente variáveis, que apresentam limites instáveis: quer dizer que nem sempre é fácil perceber em que ponto uma língua termina e outra, que com ela esteja relacionada, começa.

A segunda visão seria a dos leigos, para quem a língua é uma entidade cultural, e não, um fenômeno mental. É estável, fixa e uniforme, sendo, portanto, propriedade de todos os seus falantes nativos. Ela não existe primeiramente na mente das pessoas, mas, sim, em algum lugar fora dos falantes, sendo utilizada por eles para fins comunicativos. Ela não é plenamente adquirida sem instruções explícitas. As crianças devem aprender o que é certo e o que é errado. Segundo Milroy (2004), ambas as visões acerca da língua são válidas e defensáveis. A língua tanto é fenômeno mental, como querem os linguistas, como também um fenômeno cultural.

Em se tratando da religião, notamos uma íntima relação desta com as línguas, principalmente nos referindo ao latim, que é o foco aqui destacado. A língua latina foi expandindo-se à medida que o cristianismo crescia e também se fazia necessário que os textos bíblicos fossem escritos em latim. A relação língua, religião e política sempre existiu, pois, ao mesmo tempo que o cristianismo ia se oficializando com a Igreja Católica na maioria das nações do Ocidente, a língua latina também era imposta aos povos que aderiam a essa religião. Era o latim que era e é a língua da Igreja Católica desde os primórdios, como afirma Leite (2009, p. 30):

Esse latim eclesiástico é a língua que, desde os primórdios da Igreja Católica, trazia um componente universalizante e que foi

usada como a sua língua oficial, sendo seu uso obrigatório, até 1961, “tanto na redação de documentos eclesiásticos como na realização de cultos e cerimônias religiosas”, como diz Cardoso (2002, p. 8). Entretanto é importante notar que em documentos oficiais, por exemplo, a língua latina utilizada era sempre a mais culta e mais próxima do latim clássico, enquanto que – como ocorreu em vários momentos da história da Igreja Católica –, nas homilias e em outras situações de uso do latim falado, houve uma orientação a que o latim fosse adaptado a se assemelhar à língua falada, para que o povo o compreendesse melhor.

Existia, desde a Antiguidade, uma preocupação com o domínio linguístico, religioso e cultural do povo, seja ele por meio do domínio territorial ou outros interesses políticos, mas que deixa bem claro que essa relação tênue de poder sempre existiu.

Podemos dizer que, se um grupo de falantes entra em conflito com outro a respeito da língua, a questão já não é linguística, mas, sim, política. Mais especificamente, de natureza ideológica, isso porque o conceito de linguagem em jogo é necessariamente político. Até onde o leigo se sente implicado, a sua língua nacional é e sempre será uma bandeira patriótica (RAJAGOPALAN, 2004).

Se colocarmos o latim sob essa perspectiva político-ideológica, veremos que ele exerce funções sociais de prestígio dentro de uma determinada camada da sociedade, principalmente dentro do Vaticano. A atitude tomada por Bento XVI sobre o lugar do latim dentro da Igreja marca um momento concreto de uso de poder, pois, na época, ele era a maior autoridade da Igreja Católica e seus escritos exerciam influência sobre as demais “autoridades” da Igreja. É também uma decisão política, pois o Papa Bento XVI era chefe de Estado do Vaticano, o mais alto representante público de um Estado-Nação, cujo papel inclui o exercício de poderes, funções e deveres atribuídos aos chefes de Estado pela Constituição do país.

Se a Política Linguística está na base da ação dos Estados a respeito das decisões sobre as línguas e seus usos na sociedade: que línguas podem ou não podem ser usadas em determinadas situações, oficiais ou não, que línguas são promovidas ou proibidas (política de *status*), coube naturalmente ao Sumo Pontífice legislar sobre o uso do latim no Vaticano e na liturgia da Igreja.

Conseqüentemente, a decisão do Papa contribui para as discussões acerca de Política Linguística, ainda que indiretamente, pois a presença e os usos das línguas é uma questão política e constantemente permeada de conflitos e negociações.

Segundo Lagares (2011 p. 171),

as funções sociais que as línguas devem cumprir são muitas e estão muito diversificadas nas sociedades pós-industrializadas, e por esse motivo a intervenção política sobre elas surge, no

Conhecer uma língua é abraçar toda uma cultura e estabelecer relações dialógicas com esta. Por isso que é preciso a intervenção política diante de determinados questionamentos como a educação, saúde, cultura e a língua de um povo. A tomada de partida pela língua latina é de posição ideológica, refletindo na questão política, envolvendo toda sociedade que se posiciona a favor ou contra, mas que refletem sobre esse fabuloso fenômeno que é a linguagem.

Diante desse panorama, o objetivo central deste texto é discutir, à luz de uma reflexão sobre Política Linguística, o uso do latim como língua oficial da Igreja Católica. Nossas discussões partem de alguns documentos oficiais da Igreja sobre o tema.

Política Linguística: uma arena de lutas

A Política Linguística (doravante PL) é uma disciplina muito nova, porém apresenta relação com a tricotomia língua, poder e política desde os primeiros tempos da humanidade, quando ocorriam dominações de territórios e as línguas destes eram exterminadas e a língua do colonizador passava a “dominar” – predominar como língua oficial. Assim, a PL foi percebida através das diversas relações de dominação e poder político, desde as primeiras relações humanas.

Apesar disso, os primeiros trabalhos datam a partir do final da década de 50 para início dos anos 60, e um dos primeiros a pesquisar sobre o tema foi Haugem, desencadeando uma série de pesquisas e questionamentos sobre a Política Linguística e Planejamento Linguístico, seguido por vários outros pesquisadores europeus e americanos interessados.

Rajagopalan (2013) nos chama a atenção ao esclarecer que, ao se referir à Política Linguística, não devemos nos restringir à “militância linguística” em prol de línguas na beira de extinção, ou suas variedades que são objetos de discriminação ou descaso. Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que se chama de Política Linguística; mas é importante frisar que ela faz apenas uma pequena parte, ainda que vital. Segundo o estudioso, o campo de Política Linguística encobre muito mais que a militância linguística, é um tema muito mais complexo.

Para Rajagopalan (2013), a Política Linguística é um ramo da política e o palco ideal para o seu estudo é a ciência política. A palavra linguística no caso é um adjetivo que significa “relativa à(s) língua(s)”, não tendo relação com a disciplina que se convencionou chamar pelo mesmo nome. Ao tentar apresentar um conceito sobre Política Linguística, o autor diz que esta não é uma ciência; muito menos uma ciência exata:

A política linguística é muito mais uma arte. Se a política em seu sentido geral pode ser caracterizada como arte de conduzir a governança ou a administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, como o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores. (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21).

Já Spolsky (2009), ao discutir a relação entre língua e religião, mostra que esta continua a ser uma força social importante, sendo a primeira estrutura social fora da família que visa a influenciar o uso da linguagem.

O autor diz que o Cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano no final do século IV. A *Vulgata*, tradução para o latim da Bíblia no século V, por São Jerônimo, forneceu um texto que ganhou *status* quase sagrado durante a Idade Média. No décimo primeiro século, o cristianismo foi organizacionalmente dividido entre o Oeste, Igreja liderada pelo Papa, em Roma, e a Igreja Oriental centrada até 1453 em Constantinopla. O latim se tornou a língua da Igreja Ocidental para todos os fins e rituais, mantendo esta posição até o Concílio Vaticano II (1962-1965) que permitiu o uso do vernáculo na liturgia. A autoridade da *Vulgata* foi afirmada no Concílio de Trento (1545-1563), e uma versão revisada de 1592 tornou-se o texto padrão da Bíblia da Igreja Católica Romana.

Para a Igreja Católica Romana, o latim era a língua do ritual e a tradução latina da Bíblia foi a única versão aprovada como texto sagrado. O catecismo poderia, no entanto, ser ensinado no vernáculo. Na história da Igreja Católica, o latim é um capítulo de suma importância dentro dessa abordagem, pois este exerce um papel que reflete linguisticamente o poder unificador e hegemônico daquela (a Igreja Católica). Como ressalta Burke (2010 p. 59), “tanto no período medieval como nos primórdios da era moderna, o latim oferece um exemplo clássico de ‘diglossia’, no sentido de ser considerado apropriado utilizar essa língua em algumas situações e domínios”.

O uso do latim como língua de prestígio expressava uma espécie de união denominada de comunidades internacionais, entre as quais estava a Igreja Católica. O latim era a língua da diplomacia e estava presente nos círculos dos membros da elite.

Até meados dos anos 1600, a língua utilizada na Igreja era o grego. Foi através do Concílio de Trento que o latim passou a vigorar novamente como língua oficial da liturgia católica.

De acordo com Burke (2010 p. 64), “a utilização do latim para a liturgia numa área tão extensa e com vernáculos tão diversos ajudou a criar uma noção de distanciamento da vida cotidiana e um sentimento de universalidade.” Com a reforma protestante, o uso do latim foi bastante reduzido e o uso do vernáculo da vida cotidiana trouxe um distanciamento do domínio religioso da elite, pois, como vimos, o latim era a língua do clero.

Nesse contexto, dentro do regime interno da própria Igreja, naturalmente existia a Política Linguística de inclusão e de exclusão conforme o domínio da língua latina, como afirma Burke (2010 p. 65):

Do ponto de vista do clero, havia duas culturas: a do clero, os *literati* que sabiam latim, e a dos leigos *vulgus* ou *illiterati*, que desconheciam a língua (o adjetivo *illiterati* em latim significa ‘ignorante do latim’, em vez de ‘iletrado’, analfabeto, no sentido moderno). Dessa forma, o latim, como outras línguas e dialetos, criou uma comunidade que incluía algumas pessoas e excluía outras.

Isso foi um grande problema dentro da própria Igreja, sendo que várias medidas tiveram de ser tomadas, entre elas, vários cursos e seminários foram criados para amenizar o déficit de padres e bispos que eram, de certa forma, excluídos por não saberem a língua oficial da Igreja, coisa que era mal vista pela sociedade; assim, como o objetivo da Igreja era e é atrair o público-alvo (elite e classes menos favorecidas), o latim passou a ser usado de forma mais simplificada nas missas e celebrações populares.

Mas, como diz Foucault (2006, p. 91), “onde há poder, há resistência”. Dessa forma, sabemos que muitos reformistas eram contra esse uso superior do latim “os hereges exigiam o direito de ler a Bíblia no vernáculo e inversamente, os que queriam ler a Bíblia sem ajuda eram rotulados de hereges” (BURKE, 2010, p. 67). Contudo, é importante ressaltar que:

Nem todos os defensores do latim na Igreja eram católicos, nem todos os oponentes dessa língua eram protestantes. Por um lado, Martinho Lutero, por exemplo, adotou uma posição moderada, defendendo a manutenção de uma liturgia em latim pelo valor educacional, e a criação de uma liturgia em vernáculo para aqueles que não entendiam o latim. (SCHIMIDT, 1950 apud BURKE, 2010, p. 67).

A Igreja defendia que o uso do latim trazia uma supremacia a sua autoridade, pois o latim era entendido como uma língua mais digna e essa ideia se fazia presente no clero com seu domínio religioso. Para alguns religiosos, o uso do latim mantinha os sacramentos sagrados, dessa forma, o rito antigo também era mantido.

O Latim como língua oficial do Vaticano e da Igreja Católica

Governado pelo Papa, o Vaticano é a sede da Igreja Católica Apostólica Romana. Isso explica o porquê do latim ser a língua oficial da Igreja. Esta está

alicerçada em Roma, berço do latim. Também, é nessa língua que se encontram os documentos da Tradição da Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, existem algumas pessoas que desconhecem ou ignoram a história, a exemplo da colunista da Folha de São Paulo, Bárbara Gancia. Por isso, no dia 15 de fevereiro de 2013, no artigo “Bento, o Arregão”¹, a colunista critica o Papa pelo anúncio da sua renúncia em Língua Latina, taxando-o de “Arregão” (noutras palavras, covarde) por ter pedido “demissão” em uma língua morta, o que sugeriria que seu discurso ficasse restrito a poucas pessoas que pudessem “decifrar” o que ele estava dizendo. O artigo completo desqualifica Bento XVI, o uso do latim e a Igreja Católica. Apresentamos aqui um trecho dele:

Fala a verdade: em latim? Mas justo o papa que abriu conta no Twitter, inaugurando uma via direta de comunicação com os fiéis, foi pedir demissão em uma língua morta, para que o menor número possível de pessoas na sala pudesse decifrar o que ele estava dizendo? Do que tinha medo, de que alguém gritasse lá do fundo: “*Schettino, torni a bordo!*”, em alusão ao comandante do Costa Concordia que deu no pé enquanto seu navio naufragava?

Sobre isso, evocamos a voz de Voloshinov (1976, p. 1), quando afirma que:

é impossível compreender como se constrói qualquer enunciado que tenha uma aparência autônoma e acabada, se não se o considera como um ‘momento’, uma simples gota no rio da comunicação verbal, cujo movimento incessante é o mesmo que o da vida social e da História.

O enunciado está situado sócio-historicamente e não se pode arrancá-lo do seu contexto para que não se corra o risco de dizer o que se quer e da forma que se quer, como fez a colunista Bárbara Gancia. Ela, com o afã da espetacularização da notícia, não teve o mínimo cuidado de contextualizá-la, disseminando, assim, pontos periféricos e isolados da situação da interação verbal envolvendo o Papa Bento XVI.

A colunista demonstrou desconhecimento, ou ignorou intencionalmente a importância do uso do latim para a Igreja Católica e “despejou” palavras ofensivas ao Papa como se ele fosse um “retrógrado” incapaz de se comunicar na língua “viva do povo”. Ora, a língua escolhida pelo Papa para anunciar a sua *renúncia*, e não demissão, como disse a colunista, não poderia ser diferente por dois motivos: 1º) é a língua oficial da Igreja, como já foi dito e o anúncio de tal magnitude não caberia ser em outro idioma; 2º) o Papa Bento XVI fala fluentemente o latim. Ele usa essa língua com conhecimento profundo, sendo coerente com a tradição da Igreja. Ademais, cabe destacar que o Sumo Pontífice domina outros idiomas, como o alemão, italiano, francês, inglês, castelhano, e possui conhecimentos de português,

além de lê o grego antigo e o hebraico. Assim, o uso de outro idioma não lhe parece pedante, mas algo profundamente necessário em seu contexto cultural.

Sobre o latim ser uma língua morta, tão comentada nos meios de comunicação, deve-se compreender que, na origem das línguas, constatamos que o latim continua existindo em todas as línguas neolatinas, Português, Espanhol, Italiano, Francês, Romeno, Galego, Catalão, Rético, Provençal e até no Inglês que, apesar de não ter origem latina, possui um vocabulário latino em torno de 65%.

Vale também ressaltar que o latim tem sido foco nos últimos tempos de redes sociais de *sites*. O *Google*, por exemplo, passou a utilizar em 2011, o latim como a mais nova língua de seu *Google Translate*. Segundo o engenheiro Jakob Uszkoreit, no blog oficial do sistema de busca, é o primeiro idioma sem falantes nativos que o serviço é capaz de traduzir de forma automática. Um dos limites do sistema que se pode apontar é a dificuldade de traduzir termos contemporâneos, que não existiam na Roma antiga, porém, o *Google Translate* cria aproximações.

A série *Harry Potter*, fenômeno de mídia mundial, popularizou o latim através das palavras mágicas usadas em feitiços, dando a cada encantamento um frescor artificialmente classicizante, de quem compartilha um saber esquecido. E o filme de Mel Gibson, *"A Paixão de Cristo"* (lançado em março de 2004), é todo falado em aramaico e latim. Foi recorde de bilheteria no mundo todo e aguçou a curiosidade de alguns pela língua latina, apesar das críticas que sofreu ao usar tais idiomas e não o inglês, por exemplo.

Mais recentemente, O Papa Bento XVI instituiu no dia 10 de novembro de 2012, a Pontifícia Academia da Latinidade, no âmbito do Pontifício Conselho da Cultura. Na Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio "Latina Lingua"*, o Papa destaca que a língua latina sempre teve uma alta consideração por parte da Igreja Católica. Ele informou ainda que também hoje o conhecimento da língua e da cultura latina é necessário para o estudo das fontes das quais se servem, entre outras, algumas disciplinas eclesásticas, como a Teologia e o Direito Canônico. Sem falar que, em algumas universidades, estuda-se latim para conhecer a origem de algumas línguas como o português, por exemplo.

Dados esses interesses, o Papa colocou como urgente o empenho para um maior conhecimento e um uso mais competente da língua latina no ambiente eclesial e no vasto mundo da cultura, e isso não só nos continentes que têm nas raízes culturais a herança greco-romana, mas em todo o mundo.

***Motu Proprio*: a "novidade" da missa**

Entrou em vigor, no dia 14 setembro de 2007, o *Motu Proprio* de Bento XVI sobre a missa em latim. O documento *Summorum Pontificum* (2007) aprova o uso do Missal promulgado por João XXIII em 1962, o conhecido Rito de São Pio V (também chamado tridentino). O rito de São Pio V foi substituído em 1970, alguns anos depois do Concílio Vaticano II, dando lugar ao Novo Ordinário, Missal Romano em vigor atualmente.

O Documento *Summorum Pontificum* (2007) de Bento XVI permitiu a celebração do rito antigo pelos sacerdotes que assim o desejarem, mas não permitiu substituir as celebrações feitas no habitual rito romano, deve-se ser acrescentadas em outros horários.

O Papa manifestou numa Carta (2007), dirigida aos bispos de todo mundo, que o Documento *Summorum Pontificum* – escrito em latim e traduzido para as principais línguas – é fruto de "longas reflexões, múltiplas consultas e de oração", e lamentou que "notícias e julgamentos sem informação suficientes tenham criado confusão".

Desta maneira, a liturgia romana passa a ter a forma ordinária e extraordinária de celebrar. A ordinária é aquela em vigor atualmente e, a extraordinária, o rito de Pio V, que tem como diferença a obrigação do latim, calendário litúrgico e o Lecionário.

Não poucas polêmicas surgiram em torno do documento, principalmente pelo retorno ao latim. Considerado o empenho de atualização da Igreja, não é contraditório voltar o latim à missa? Para muitos (pessoas da sociedade em geral e até católicos) que pressionam a Igreja para rever sua estrutura de poder e sua relação com temas contemporâneos, como o combate à AIDS, métodos contraceptivos, sexualidade, aborto, pesquisas com células-tronco, casamento, entre outros, o retorno ao latim seria um retrocesso, pois não reflete a modernidade. Para outros (teólogos, padres, fiéis católicos), o latim, embora seja uma língua considerada morta no mundo moderno, é sinal de unidade da Igreja, uma vez que a Igreja Católica não se resume somente em um país, ou uma cidade: é universal, portanto, é a língua latina que os une. O uso do latim também permitiria uma espécie de ligação com o passado, à medida que faz memória aos santos da Igreja que no passado celebravam com o mesmo idioma (São Tomás de Aquino, Santo Agostinho, entre outros).

Bento XVI afirmou que a missa em latim, segundo o rito tridentino, nunca foi juridicamente suspensa e sempre esteve permitida, e que, nestes anos, muitas pessoas e movimentos – como o do cismático arcebispo Marcel Lefebvre – permaneciam ligadas à mesma. Por isso, ressaltou o Papa, havia a necessidade de um regulamento mais claro para chegar também a "uma reconciliação interna na Igreja", diz a Carta (2007) dirigida aos bispos de todo mundo.

Contrariamente ao que Bento XVI defende em sua Carta (2007), muitas pessoas acreditam que o Concílio Vaticano II inaugurou uma nova era na Igreja Católica e que, dentro dessa nova mentalidade trazida por ele, o latim teria sido abolido. Sobre isso, é preciso ir às fontes, ou seja, ler e entender o que dizem os documentos e o que o Papa Bento XVI pensa, de fato, por meio de seus escritos.

O CVII publicou um documento específico sobre a liturgia, intitulado *Sacrosanctum Concilium* (1963), que em seu artigo 36, parágrafo 1º, diz: *Deve conservar-se o uso do latim nos ritos latinos, salvo o direito particular.*

Ora, da expressão "deve-se conservar" infere-se que não houve ruptura de nada e que aquilo que já existia deve ser "mantido". Ou seja, é preciso continuar fazendo aquilo que a Igreja fez ao longo de sua história: usar o latim na liturgia.

Mas, então, o que foi que o CVII fez efetivamente? Qual foi a mudança que ele trouxe? O parágrafo seguinte é que responde:

36. § 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes.

Esta foi a mudança proposta pelo Concílio Vaticano II: que a língua vernácula ocupe um lugar mais “amplo” dentro da liturgia, mas, em nenhum momento, que ela ocupe “toda” a liturgia. O enunciado, nele mesmo, é muitíssimo claro. Portanto, não é verdade que o CVII jogou fora o latim e que seu uso foi proibido, como pensam muitos. Ainda no documento do CVII, *Sacrosantum Concilium* (1963), vê-se que:

54. A língua vernácula pode dar-se, nas missas celebradas com o povo, um lugar conveniente, sobretudo nas leituras e na oração comum e, segundo as diversas circunstâncias dos lugares, nas partes que pertencem ao povo, conforme o estabelecido no art. 36 desta Constituição: Tomem-se providências para que os fiéis possam rezar ou cantar, mesmo em latim, as partes do Ordinário da missa que lhes competem.

Ora, pelo que se vê, não procede à acusação de que o CVII aboliu o uso do latim. O que se percebe é que em algumas partes da missa é possível utilizar a língua vernácula (português no nosso caso) e que, em outras, deve ser utilizado o latim, tomando o cuidado de se ensinar ao povo o que ele deve responder e como.

Conclusiones fiduciariae

O que fica para nós, à guisa de reflexão, é que a língua latina não está tão morta como alguns pensam. Ela tem lugar de destaque dentro da Igreja Católica e poderíamos até arriscar em dizer que um “bom” católico não pode se esquivar de conhecer um pouco do latim para também compreender as intenções dessa Igreja, quando esta se pronunciar em sua língua oficial, sem contar, que ele está presente na história da humanidade.

Concordamos com o pensamento de Capucho (2004, p. 84), quando diz que “o conhecimento de línguas estrangeiras (independente da especificidade da língua em questão) é uma fator de cultura, de abertura curiosa aos outros e à realidade,

uma garantia de aprendizagem social da tolerância e do respeito pela(s) diversidade(s)”.¹

Como se vê, não se trata de “engolir” a língua do outro como sendo sua, ou de dar um lugar de destaque a sua em detrimento a outra(s) língua(s). Trata-se de respeito pela diversidade, de tolerância com outro(s) idioma(s). Trata-se de conhecer outro(s) idioma(s) para se fazer uso pragmático dessa(s) língua(s) numa situação comunicativa concreta.

Outra observação que fazemos é com relação ao *status* que uma língua oficial ocupa dentro de determinada comunidade linguística. Sabe-se que a determinação de uma língua como oficial implica em várias observações políticas. Uma delas é a tentativa de unificação de um território etnicamente e culturalmente desmembrado, através da utilização de uma língua oficial, por exemplo, para que o mesmo país tenha soberania perante os demais.

Outra habilidade (ainda que oculta) da língua oficial é a de exclusão e marginalização. Além das óbvias habilidades de controle da população e centralização política, a determinação de uma língua oficial abafa a voz política de quem não a fala ou escreve, pois é através dela que se travam quaisquer relações com as instituições do Estado.

No caso da Igreja Católica, vemos que esta dialoga com a diversidade de idiomas do mundo, mesmo tendo uma língua oficial. Com cerca de 1 bilhão de membros, a Igreja tem mostrado através de seu portal oficial² que há tradução de seus documentos oficiais em diversas línguas, seja majoritárias, como o Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Alemão, Português, seja minoritárias, como Albanês, Bielorrusso, Grego, Húngaro, Indonésio, Polonês, Vietnamita, entre outras.

Vemos ainda que, no caso em estudo, a língua pode estar atrelada não só a questões política, ideológicas, linguísticas, mas também religiosas. É a Igreja Católica que vem desenvolvendo ações para um planejamento político linguístico com relação ao latim. Embora tenha intensões eclesiais para tal planejamento, essas ações podem suscitar debates entre outras instituições sociais (universidades, por exemplo) sobre a legislação do idioma e chamar para discussão linguistas, estudiosos, pessoas comuns e demais políticos que tenham interesse pelo debate. Afinal de contas, o latim não pertence apenas ao Vaticano ou à Igreja Católica. Ele é patrimônio cultural de todos que o utilizam.

Notas

¹ Disponível em:

<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

² Disponível em: <http://www.vatican.va/phome_po.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Referências

- BENEDICTUS PP. XVI. **Summorum Pontificum**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20070707_summorum-pontificum_lt.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- BURKE, P. **Linguagens e comunidades**: nos primórdios da Europa Moderna. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.
- BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). **Linguagem, indivíduo e sociedade**: história social da linguagem. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Unesp, 1993.
- CAPUCHO, Filomena. Línguas e identidades culturais: da implicação de políticos e (socio)linguísticas. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigações críticas. São Paulo: Parábola, 2004. p. 83-87.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 9. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- LAGARES, X. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola editorial, 2011.
- LEITE, Francisco de Freitas. **O latim em cartas do Cariri cearense**: final do século XIX e início do século XX. João Pessoa: Ideia, 2009.
- MILROY, James. O linguista e as atitudes públicas frente à linguagem. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigações críticas. São Paulo: Parábola, 2004. p. 97-100.
- PAPA PAULO VI. **Sacrosantum Concilium**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosantum-concilium_po.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- REBELO, Aldo. Idioma e Política. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigações críticas. São Paulo: Parábola, 2004. p. 44-47.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a linguística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo linguístico emergente no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigações críticas. São Paulo: Parábola, 2004. p. 11-38.
- _____. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C. et al. (Org.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.
- SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge/UK: Cambridge, 2009.

VOLOSHINOV. Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição inglesa de TITUNIK, I. R. "Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics". In: VOLOSHINOV, V. N. **Freudism**. New York, Academic Press, 1976.

Para citar este artigo

MELLO, Patrícia Gomes de; ARAÚJO, Patrícia Silva Rosas de. Língua, religião e política: o prestígio do latim na Igreja Católica. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 3, n. 2, p. 18-31, mai.-ago. 2014.

As autoras

Patrícia Gomes de Mello é mestranda em Linguística pelo PROLING (UFPB), desenvolve pesquisa embasada na filosofia da linguagem bakhtiniana. É graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA), participa do Núcleo de Estudos de Teoria Linguística e Literária – NETLLI, na linha de pesquisa *O Contexto de Mikhail Bakhtin* e é também pesquisadora-estudante do Grupo de Pesquisas em Linguagem Enunciativa e Interação – GPLEI, na linha *Discurso e Sociedade: a diversidade discursiva e enunciativa*, sob orientação do prof. Dr. Pedro Farias Francelino. Atua na área de letras com ênfase em linguística.

Patrícia Silva Rosas de Araújo é doutoranda em Linguística - PROLING/UFPB; Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG (2010); Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB (2010); Graduada em Letras, como Habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB; Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA (desde 2009); Professora da Educação Básica no Município de Queimadas; Participou da organização do 1º Circuito Pedagógico UVA/UNAVIDA; Recebeu o Prêmio Mestre da Educação e o Prêmio Escola de Valor (2013) da Secretaria de Educação do Governo do Estado da Paraíba; Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, desenvolvendo estudos e pesquisas nas seguintes perspectivas teórico-metodológicas: Análise de Discurso, Teoria/Análise de Gêneros Discursivos, Leitura e Produção Textual, Formação de Professores.

Este trabalho foi apoiado/financiado pela CAPES